

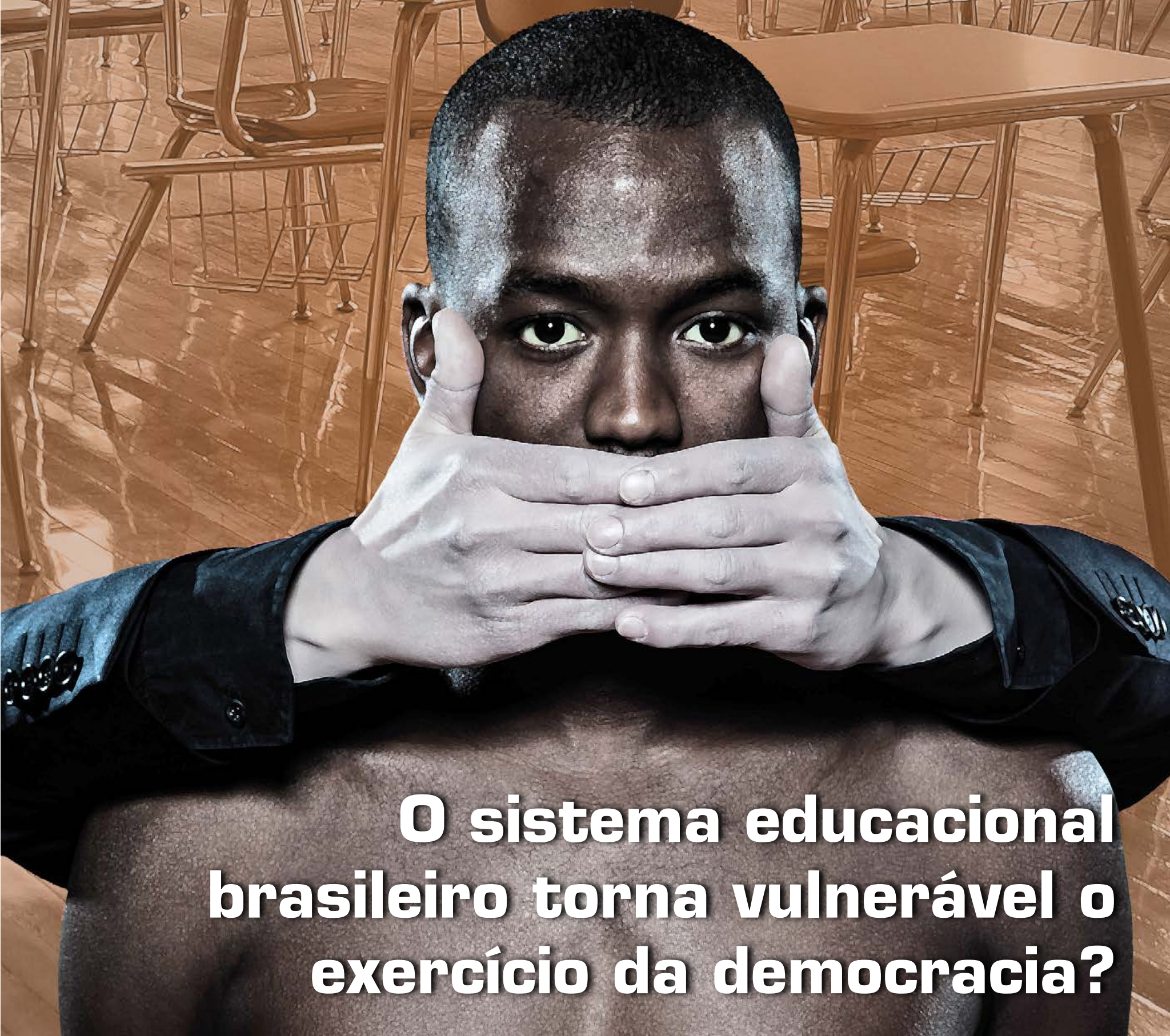
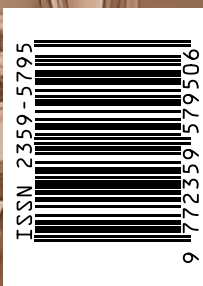
Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white sans-serif font on a blue rectangular background.

A relevância do estado democrático na filosofia budista [The relevance of the democratic state in Buddhist philosophy]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Motter, Fausto
Publisher	Espaço Ética Ltda.
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-09-18 18:53:31
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/233822



**O sistema educacional
brasileiro torna vulnerável o
exercício da democracia?**

**A relevância do estado
democrático na filosofia budista**

Autor: Fausto Motter

**A democracia pode florescer
no Islã?**

Autor: Alon Ben-Meir



A relevância do estado democrático na filosofia budista

Fausto Motter¹

Introdução

Após ganhar o Prêmio Nobel da Paz, de ser incansável pesquisador sobre espiritualidade e ciência, tendo reconhecimento público com uma medalha de mérito do Congresso dos Estados Unidos, de haver publicado mais de 30 livros sobre paz universal e de ter recebido 21 títulos de Doutor Honoris Causa mundo afora, tudo isso só reafirma a condição de Tenzin Gyatso como o “mais destacado refugiado vivo de todo o planeta”. Segundo a tradição tibetana, Tenzin Gyatso já encarnou 13 vezes na Terra e, atualmente, é conhecido como o 14º Dalai Lama. Ele se dedica a incentivar a paz universal, bem como atua com afinco para conseguir transformar o Tibete em uma região autônoma e democrática.

Thich Nhat Hanh, indicado para o Prêmio Nobel da Paz em 1967, mudou a história do mundo quando convenceu Martin Luther King Jr. a se opor à Guerra do Vietnã. Hoje, possui mais de cem livros editados e é ativista de movimentos pela paz, promovendo a busca de soluções de conflitos sem uso da violência. Viveu em exílio na França quando foi proibido de retornar ao Vietnã, devido aos diligentes esforços para o fim da opressão que afligia o povo vietnamita nos idos de 1965.

Partindo desses dois casos exemplares, dentre tantas outras causas humanitárias igualmente importantes, por que o Budismo sugere a democracia como passo mandatório para a solução de problemas sociais e individuais em escala global?

¹ Bacharel em Artes pelo Centro Universitário Belas Artes e em Tecnologia da Informação pela Faculdade Oswaldo Cruz. MBA em Administração pela Fundação Getúlio Vargas. Praticante e estudioso do Zen Budismo. fausto.motter@outlook.com

O presente artigo busca desenvolver uma apresentação de motivos que justificam a urgência pela conquista de um cenário democrático pelo enfoque da filosofia budista, apresentando os argumentos que sustentam essa necessidade de se construir um mundo livre de autoritarismo.

A importância da liberdade individual nos ensinamentos do Buda

Não existe uma forma de se abordar a essência do Budismo sem resgatar o conceito de liberdade, visto que os valores mais importantes nos ensinamentos deixados por Buda são os de que todos os indivíduos possuem igual direito a uma vida feliz, com a garantia de total liberdade cultural e social. Somar-se-á a isso o fato de que o conceito búdico de responsabilidade universal não pode ser descolado do ideal de democracia e dos direitos humanos.

“Todos nós queremos ter uma boa vida, mas isso não significa apenas possuir boas roupas, boa comida e abrigo. Isto não é suficiente e nós necessitamos de boa motivação. Compaixão sem dogmas, sem filosofias complicadas. Apenas considerando que os outros são seus irmãos e irmãs e que respeitam seus direitos humanos e direitos de dignidade”, disse Dalai Lama (KARUNYAKARA, 2012, p. 132-133).

Considerando que a responsabilidade universal está diretamente relacionada à liberdade, fator-chave para a garantia de felicidade, tem-se que a felicidade é o fim em toda busca humana. Logo, qualquer forma de opressão ou autoritarismo estará extirpando da humanidade a razão-fim da existência humana, que é a liberação das pessoas de todos os seus potenciais sofrimentos.

“Em resumo, democracia é a onda do hoje; liberdade é o direito que todas as pessoas possuem ao nascer, sendo a igualdade uma condição que a humanidade precisa reconhecer. E eu espero que no futuro todas as pessoas possam alcançar este consenso e cooperação como um único indivíduo para criar um mundo radiante com a Iluminação do Buda na democracia, liberdade e igualdade”, disse Hsing Yün (HSING, 2002, p. 42).

As três joias do Budismo e a estrutura da Sangha

O Buda, o Dharma e a Sangha são as três joias do Budismo. Sem entrar no detalhe do que significa a completude das três joias, visto que a complexidade e a amplitude do conceito certamente obrigariam a estender, em muito, este conteúdo, faz-se necessário entender que um dos mais importantes pilares do Budismo é a Sangha, que representa o nome dado a uma comunidade monástica de prática e estudo do Budismo. Esse conceito é o mesmo para diversas escolas budistas, sejam elas as tibetanas, as japonesas ou até mesmo para as novas escolas ocidentais.

A importância da Sangha no Budismo é enorme, pois se acredita que a ausência de uma comunidade voltada aos estudos e pesquisas impedirá a evolução pretendida no aprendizado, por mais que exista uma prática constante. E, particularmente, isso é mais relevante porque estará na comunidade a consolidação dos valores budistas, a troca de conteúdo filosófico e o suporte mútuo entre os praticantes.

Eis que aparece de novo a relação entre a democracia e o Budismo, pois na comunidade funcionam muito bem as grandes linhas democráticas, em que todo e qualquer indivíduo é absolutamente igual, independentemente de classe social, gênero ou casta. A diferenciação de *status* dentro de uma comunidade monástica depende apenas da senioridade ou da ordenação dos integrantes, pois todas as relações diárias são conduzidas com o cultivo da gentileza e da generosidade, com as decisões sendo compartilhadas por meio de voto e/ou busca de consenso.

Na visão das várias escolas budistas, a estrutura da Sangha serve como modelo para a igualdade social, o compartilhamento e o processo democrático. Assim, como uma joia, a Sangha passa a ser um bem valioso que deve ser cuidado e mantido pelos membros do grupo, todos os dias, no decorrer do tempo.

Os ensinamentos do Buda

A história registra que Sidarta Gautama, ou simplesmente Buda, não deixou documentos textuais escritos. Ou seja, todos os ensinamentos foram passados verbalmente para um grupo de ascetas que, por sua vez, replicaram o que recebiam para gerações seguintes e documentaram os conteúdos. Pela própria natureza dos ensinamentos da prática contemplativa que o Budismo provoca, outros conceitos foram então sendo elaborados e incluídos como integrantes da filosofia.

As menções de igualdade para todos os seres humanos, necessidade de colaboração e espírito social, cooperação e ativa participação na sociedade, entre outras importantes referências, todas remontam ao início dos ensinamentos. Inclusive, deve ficar bem esclarecido haver a crença da necessidade de uma sociedade livre e democrática no Budismo, ainda que o Buda não tivesse deixado um sucessor, sugerindo apenas que os conteúdos fossem disseminados por pessoas que tivessem, em sua conduta moral, valores aderentes aos critérios de igualdade e equanimidade.

[...] “o Buda encorajou o espírito de consulta e o processo democrático. Isso é mostrado dentro da comunidade em que todos os membros têm o direito de decidir sobre questões de interesse geral. Quando uma pergunta séria surgiu exigindo atenção, as questões foram colocadas antes dos monges e discutidas de forma semelhante ao sistema parlamentar democrático usado hoje. Este procedimento autônomo pode vir como uma surpresa para muitos, saber que nas assembleias dos budistas na Índia e mais de 2.500 anos atrás se encontram os rudimentos da prática parlamentar dos dias atuais. Um oficial especial semelhante foi nomeado para preservar a dignidade do Chefe da Bancada Parlamentar, também foi nomeado para ver se o quórum foi garantido. As matérias foram apresentadas sob a forma de um movimento que foi aberto à discussão. Em alguns casos, foi feito uma vez, em outras três vezes, antecipando, assim, a prática do Parlamento ao exigir que um projeto de lei deve ser lido pela terceira vez antes de se tornar lei. Se a discussão mostrou uma diferença de opinião, era para ser resolvido pelo voto da maioria através de votação”, disse Ven. Dr. K. Sri Dhammananda (MAHA THERA, 2015).

Talvez, quando Thomas Jefferson, na Declaração da Independência dos Estados Unidos da América, disse: “[...] todos os homens são criados iguais; são dotados por seu criador com direitos inerentes e inalienáveis; entre estes, são vida, liberdade e a busca da felicidade; para assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados”, ele já tivesse compreendido, com clareza, aquilo que o Buda pregou mais de dois milênios antes.

Conclusão

Os princípios democráticos, sustentados pelos pilares de Igualdade, Liberdade e Estado de Direito, são aderentes e indissociáveis à filosofia pregada pelo Budismo, visto que as disposições budistas têm, no cerne dos ensinamentos, o ideal de que as pessoas devem viver como indivíduos livres, cultivando a paz universal e colaborando para diminuir o sofrimento dos demais seres humanos. Pode-se afirmar que o maior ensinamento do Buda foi a abordagem plural para a solução de problemas, direcionada sempre para a análise e o teste de mais de uma alternativa, incentivando a criatividade e os questionamentos para todos os dogmas referentes a temas correlatos à natureza humana. E isso inclui a organização social.

Nesse sentido, no enfoque budista não existe nenhum tipo de autoritarismo que auxilie e colabore com a conquista e a valorização da dignidade humana. A busca sempre deve ser orientada por modelos que valorizem as garantias da liberdade, sejam elas democráticas, de gênero ou até mesmo nas práticas religiosas.

Finalizando, a democracia é a única forma de governo sinérgica aos valores primordiais de liberdade, equanimidade e direito para com a dignidade humana. Sem esses valores, obter a felicidade ou conquistar a cessação do sofrimento, como objetivo-fim da filosofia budista, torna-se inalcançável.

Referências bibliográficas

DALAI Lama. *Buddhism and democracy*. Disponível em: <<http://dalailama.com/messages/buddhism/buddhism-and-democracy>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

HSING, Yun. *On Buddhist democracy, freedom and equality*. California: Buddha Light Publishing, 2002.

KARUNYAKARA, Leila. *Modernisation of Buddhism: contributions of Ambedkar and Dalai Lama XIV*. Nova Delhi: Gyan Publishing, 2012.

LING, Trevor. *The Buddha: the social-revolutionary potential of Buddhism*. Washington: Pariyatti Publishin, 2013.

MAHA THERA, Sri Dhammananda. *What Buddhists believe*. Disponível em: <<http://www.budsas.org/ebud/whatbudbeliev/229.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

QUEEN, Christopher S. *Engaged Buddhism: Buddhist liberation movements in Asia*. Albany: State University of New York Press, 1996.

SEVERANCE, John B. *Thomas Jefferson: architect of democracy*. New York: Clarion Books, 1998.